

NOVA ROMA E NOVA LUSITÂNIA: O IMPÉRIO PORTUGUÊS NAS OBRAS DE CAMÕES E GÂNDAVO

NEW ROME AND NEW LUSITANIA: PORTUGUESE EMPIRE IN THE WORKS OF CAMÕES AND GANDAVO

Bianca Dorothea Batista*
biadbatista@gmail.com

O objetivo deste artigo é analisar os conceitos de expansão marítima e império nas obras *Os Lusíadas* (1572), de Luís de Camões, e *História da Província de Santa Cruz a que Vulgarmente Chamamos Brasil* (1576), de Pero Magalhães de Gândavo. Camões defende que as viagens portuguesas às Índias projetaram Portugal como um novo império, uma Nova Roma, um império baseado no modelo romano, mas superior em conquistas e na língua. Gândavo, por sua vez, defende que a descoberta do Brasil projetou Portugal como um novo império na era moderna e, com isso, um novo modelo imperial a ser imitado e implementado, Nova Lusitânia.

Palavras-chave: Camões. Gândavo. Nova Roma. Nova Lusitânia. Expansão Marítima.

The aim of this paper is to analyse the concept of maritime expansion and empire in the works of Luís de Camões, *The Lusíadas* (1572) and Pero Magalhães de Gandavo, *History of the Province of Holy Cross that is Vulgarly Called Brazil* (1576). Camões argues that the Portuguese voyages to the Indies projected Portugal as a new empire, a New Rome, an empire based on the Roman model, but superior in conquests and language. Gandavo, on the other hand, argues that the discovery of Brazil projected Portugal as a new empire in the modern era and, due to it, a new imperial model to be imitated and implemented, a New Lusitania.

Keywords: Camões. Gandavo. New Rome. New Lusitania. Maritime Expansion.

1. Introdução

A proposta do artigo é analisar a projeção lusitana na epopeia *Os Lusíadas* (1572) e na crônica *A História da Província de Santa Cruz a que Vulgarmente Chamamos Brasil* (1576) assim como as semelhanças e diferenças entre estas obras. A primeira exalta exclusivamente as viagens e batalhas portuguesas no continente asiático, africano e

* Universidade Federal do Rio de Janeiro, Faculdade de Letras, Rio de Janeiro, Brasil.
ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-9476-2089>.

européu enquanto a segunda projeta o novo mundo descoberto como uma extensão do império português.

O contexto histórico de Portugal, da expulsão dos árabes no sul da península ao amadurecimento de uma ciência náutica e cartográfica nacional, contribuiu para a estruturação marítima e bélica portuguesa, permitindo a tomada de Ceuta, faixa territorial que separa a Europa da África, a navegação pelo continente africano e a travessia do Cabo da Boa Esperança, tornando os portugueses os primeiros europeus a chegarem às Índias.

Esse cenário histórico serviu de tema para a epopeia camoniana, *Os Lusíadas*, que narra a fundação de Portugal como Estado-nação, o pioneirismo nos mares asiáticos e africanos, a viagem de Vasco da Gama, as batalhas enfrentadas durante o estabelecimento de feitorias nas Índias e a sua predestinação divina de ser um novo império, definido pelo poeta como uma Nova Roma.

Em decorrência da conquista das Índias, o investimento real e a produção literária portuguesa estavam voltadas exclusivamente para a Ásia, o que tornou a província do Atlântico Sul um espaço livre para outras nações atuarem e, conseqüentemente, escreverem sua própria história sobre a região. Ciente de tal perigo, Gândavo assume a tarefa de escrever uma história sobre a conquista portuguesa no Atlântico Sul com o intuito de demonstrar discursivamente ao reino lusitano que o novo continente poderia oferecer mais riquezas que as Índias e as nações concorrentes que a província pertencia à coroa lusitana.

A partir destas diferentes concepções de atuação imperial, Luís de Camões defende a superioridade dos lusitanos em relação aos romanos pela conquista da Índia e Pero Gândavo, por sua vez, defende a superioridade dos lusitanos em relação às nações contemporâneas devido à descoberta da Terra de Santa Cruz. Na epopeia camoniana, Portugal é o império emergente, Nova Roma; e na crônica, Brasil é uma extensão do reino nas Américas, uma Nova Lusitânia.

2. O Contexto Português

Em sua epopeia, *Os Lusíadas* (1572), Luís de Camões exalta as descobertas e conquistas realizadas no final do século XV que tornaram o pequeno país da península ibérica um império. O reino português fora o primeiro a realizar feitos considerados improváveis, como a travessia do Cabo da Boa Esperança, até então conhecido como Cabo das Tormentas, e representado na epopeia como o monstro Adamastor, que simbolizava tanto as dificuldades meteorológicas quanto os mitos sobre os mares desconhecidos.

Depois de vencer o grande Adamastor, os lusitanos chegaram à tão “desejada parte Oriental” (Camões V, 69)¹, e às regiões mais remotas do continente asiático, como China e Japão, excedendo as viagens de Alexandre e Trajano considerados até então como grandes feitos marítimos, como bem ilustra a estrofe III do canto I. Todavia, antes de enfrentarem o monstro Adamastor, os lusitanos precisaram enfrentar uma batalha interna para se constituírem como nação, a reconquista de territórios ao sul da península ibérica. Segundo Lígia Bellini (1999), este episódio foi determinante para a delimitação

¹ Indicação de canto e estância, utilizando sempre a edição Camões (1572/1910).

geográfica e constituição como nação. A empreitada liderada pelo Infante Afonso Henriques, conhecida como Batalha de Ourique, determinou a reconquista dos territórios do sul e, principalmente, a delimitação geográfica e política de um estado-nação.

Afonso Henriques é o herói cristão que vence os islâmicos e toma posse de uma terra que pertencia, por direito divino, ao povo português, assim como amplia os domínios cristãos. Em virtude disso, o monarca retoma o projeto católico-militar de apropriar-se das antigas rotas de comércio, como a rota da seda, que havia sido feito anteriormente pela figura mitológica de Preste João. Peter Russell (1997) afirma que a lenda acerca das empreitadas de Prestes João pelo continente asiático e africano, convertendo árabes e conquistando riquezas, fez parte do imaginário europeu, em especial dos reis católicos, que visavam a atingir a mesma finalidade, “Preste João, famoso rei e sacerdote cristão, superior em sabedoria, riqueza e poderes a todos os outros monarcas do mundo, [...] supostamente residia em algum lugar do Oriente em um imenso território cujos rios corriam com ouro, prata e jóias” (Helmes 1998 *apud* Russell 1997, p. 403, tradução nossa).

Apesar destas empreitadas em busca de riquezas terem sido bem-sucedidas, isso não se aplicou as cruzadas católicas à terra prometida, pois tal empreitada foi o que posteriormente levou a morte do rei Dom Sebastião na campanha militar de Alcácer-Quibir (1578). Segundo Enrique Rodríguez-Picavea Matilla (2011), a “guerra santa” contra o islamismo fazia parte da dinâmica dos reinos ibéricos desde os séculos XII e XIII devido às questões fronteiriças, proximidade com o Marrocos, região ocupada predominantemente por povos islâmicos, que se expandiram territorialmente pela península, representando uma ameaça religiosa e política para os reinos de Portugal, Leão, Castela, Navarra e Aragão. As campanhas militares à terra prometida não visavam exclusivamente a expulsão dos árabes de uma região cristã, mas uma expansão político-econômica, “os reis [ibéricos] tornam-se verdadeiros líderes de uma guerra que tinha como objetivo o controle político das terras dominadas pelos muçulmanos” (*idem*, p. 130, tradução nossa).

Estes anos de ocupação árabe deixaram uma herança científica que contribuiu significativamente para o aperfeiçoamento da ciência náutica e cartográfica na Península Ibérica, sendo muitos “tratados árabes sobre geometria e instrumentos astronômicos traduzidos para o latim” com o intuito de tornar linguisticamente acessível os conhecimentos aos portugueses (Machado 2008, pp. 213–214), garantindo, assim, que esses reinos começassem a esboçar as primeiras aspirações expansionistas. O empenho do Infante Dom Henrique em financiar conhecimentos marítimos teve continuidade com os reis posteriores, o que permitiu aos lusitanos estabelecerem feitorias no norte da África e conquistarem Ceuta, uma região que se encontrava em posição geográfica favorável para incursão na África e, principalmente, para o acesso às “caravanas do Sahara que traziam ouro, especiarias e escravos” (Bellini 1999, p. 3).

Com a descoberta do caminho marítimo para as Índias e a posse da ilha da Madeira, de Cabo Verde, de São Tomé e Príncipe, de Angola e de Moçambique, Portugal havia se tornado a primeira nação a possuir províncias nos continentes conhecidos até então e a se projetar como um império no século XVI. Contudo, a viagem de Colombo à América começava a configurar uma ameaça ao imperialismo lusitano o que desencadeou

um conflito entre as monarquias católicas, visto que os portugueses já haviam navegado pelos mares do Atlântico e pleiteavam um direito de posse sobre regiões que existiam no novo continente. Este conflito foi mediado com o Tratado de Alcáçovas (1479) e o Tratado de Tordesilhas (1494) em que o papa Alexandre VI dividiu a América entre os reinos ibéricos, garantindo ao rei de Aragão e Castela e ao rei de Portugal o direito perpétuo sobre as regiões que existiam e pudessem existir no novo continente. O monopólio nas Américas assegurado pelo Tratado, todavia, não mudou os planos dos reis portugueses de tomarem posse das especiarias das Índias.

O rei Dom João II financiou a expedição de Bartolomeu Dias em busca da rota das Índias, o que resultou na travessia do Cabo da Boa Esperança, sem que o objetivo almejado fosse alcançado. Anos depois, Dom Manoel I deu continuidade ao projeto econômico e financiou a expedição de Vasco da Gama às Índias (Ravenstein 2010, p. 1). A viagem de Vasco da Gama apenas assegurou uma primazia marítima e não uma parceria com o rei de Calicute, que não desejava comercializar com os portugueses, indicando, assim, que a primeira viagem às Índias não foi tão lucrativa quanto se esperava, mas assegurou em seu retorno “conhecimentos acerca da rota, intérpretes e pilotos árabes” (Greenlee 2016, p. XVI).

Com a resistência e os conflitos decorrentes das tentativas de implementação das feitorias, a esquadra de Pedro Álvares Cabral fora enviada a Cochim para tentar assegurar o poderio português nesta região. Michael Howard (2012) acredita que Cabral conseguiu estabelecer uma aliança político-comercial, pois o rei local estava em conflito com o rei de Calicute, e esta aliança garantiu que Cochim fosse a capital das Índias portuguesas até 1510. Mediante a expulsão dos árabes de Calicute por Vasco da Gama em sua segunda viagem, os portugueses conseguiram estabelecer-se em outras regiões e, conseqüentemente, expandir sua força de atuação em diversos territórios das Índias.

Esta dedicação político-econômica ao continente asiático também se fez presente na literatura da época que abordava predominantemente as viagens e as batalhas sobre este período, desconsiderando uma possível relevância da província americana na história portuguesa. O fato de o rei Dom Manoel I ter enviado uma frota de reconhecimento à costa do Atlântico Sul já indicava que o rei não pretendia, a princípio, dedicar o mesmo capital investido nas expedições às Índias com o Brasil. O sistema de capitânias hereditárias delegava aos nobres, aos comerciantes e aos seus descendentes os custos da colonização da província e, com isso, a região passava a ser de responsabilidade dos donatários, “a conquista do [Brasil] e a anexação do mesmo pelo reino de Portugal começou primeiramente por meio da iniciativa de homens particulares” (Hakluyt 2010, p. 376, tradução nossa).

Neste cenário político e editorial vigente, o cronista-gramático Pero Magalhães de Gândavo decide publicar uma obra sobre a província americana que estava “sepultada em tanto silêncio” para persuadir o rei, os nobres e os comerciantes a investirem massivamente na colonização da província, pois “além de ser tam fértil como digo, e abastada de todos os mantimentos necessários pera a vida do homem, he certo ser também mui rica, e haver nella muito ouro e pedraria” (Gândavo 1980, p. 144).

3. Literatura Portuguesa do século XVI

Liam D. Haydon (2012) afirma que o gênero épico está vinculado a um conjunto de ações heroicas que servem tanto para singularizar uma nação quanto para sustentar uma identidade nacional. No caso da pesquisa em questão, as ações do passado lusitano, a unidade nacional e as expedições marítimas determinaram sua presença política e econômica na África, Ásia e América. Em *Os Lusíadas*, a superioridade lusitana está vinculada à sua descendência divina, deus *Lusus*, à reconquista dos territórios ao sul da península e ao rompimento de laços políticos com os reinos de Leão e Castela.

A estabilidade política, o pioneirismo marítimo e a afeição dos deuses, em especial da deusa Vênus, permitiu que o destino imperial lusitano se cumprisse, “Via estar todo o Céu determinado / De fazer de Lisboa nova Roma” (VI, 7). Portugal seria a Nova Roma por ter sido o primeiro estado-nação a possuir feitorias nos continentes conhecidos até então, África e Ásia, “Os Portugueses somos do Ocidente / Imos buscando as terras do Oriente”; “Do mar temos corrido e navegado / Toda a parte do Antártico e Calisto/ Toda a costa Africana rodeado / Diversos céus e terras temos visto” (I, 50–51).

Segundo Cláudia Santana Martins (2015), a transferência do poder imperial de Roma (sede do governo romano) para Lisboa (capital de Portugal), na epopeia camoniana, está vinculada ao conceito de *translatio studii e imperii*, “um conceito de origem medieval, segundo o qual, em analogia com o movimento do sol, haveria uma transmissão de leste para oeste não só do controle imperial, mas também da cultura e do conhecimento” (Martins 2015, p. 14). Essa transmissão de leste para oeste refere-se à transferência gradual de um império para o outro a partir da apropriação de conhecimentos e da superação política e econômica.

Tal apropriação refere-se à utilização e reformulação do modelo político, cultural e literário greco-romano pelas nações europeias. Cita-se, como exemplo, as epopeias romanas *Eneida* de Virgílio e *Odisseia* de Homero, evocadas por Luís de Camões, por serem o modelo literário vigente e, principalmente, por relacionarem aspectos míticos e históricos na construção da história nacional. Este cenário de incorporação de conhecimento (*translatio studii*) e de transferência de poder (*translatio imperii*) é o que faz com que as obras anteriores sirvam de modelo literário, mas não de cópia, pois o contexto histórico e temático do século XV envolvia os “feitos [dos lusitanos] nas partes do Oriente” e por isso, a proposta literária camoniana envolvia a construção de uma ode ao povo lusitano e não ao “sábio grego” (Homero) ou o “troiano” (Eneias). “Cessem do sábio Grego e do Troiano / As navegações grandes que fizeram / Cale-se de Alexandro e de Trajano / A fama das vitórias que tiveram / Que eu canto o peito ilustre Lusitano” (Camões I, 3).

A superação imperial e literária em relação aos impérios anteriores também é discursivamente marcada no canto V, em que Vasco da Gama narra ao rei de Melinde as viagens portuguesas por mares nunca antes navegados até a sua chegada às Índias. Vasco da Gama constrói a história nacional a partir da comparação com os heróis gregos Ulisses e Eneias, e constata que as viagens lusitanas envolveram mais atribulações e conquistas marítimas que as viagens deles.

Julgas agora, Rei, se houve no mundo
 Gentes que tais caminhos cometessem?
 Crês tu que tanto Eneias e o facundo
 Ulisses pelo mundo se estendessem?
 Ousou algum a ver do mar profundo,
 Por mais versos que dele se escrevessem,
 Do que eu vi, a poder d'esforço e de arte,
 E do que inda hei-de ver, a oitava parte? (V, 86)

Além de ter superado Ulisses e Eneias em feitos heroicos, os lusitanos superavam os impérios anteriores no cenário geopolítico, “Que por ela se esqueçam os humanos / De Assírios, Persas, Gregos e Romanos” (I, 24). O pioneirismo lusitano no cenário das grandes navegações, as feitorias na África e Ásia e a descoberta de uma passagem para as Índias superaram as conquistas dos “assírios, persas, gregos e romanos” e conseqüentemente, contribuíram para a projeção imperial de Portugal na Europa (*translatio imperii*), fazendo com que os feitos heroicos dos reinos anteriores fossem esquecidos e prevalecesse os feitos heroicos lusitanos (*translatio studii*).

Quanto a superação imperial e literária de “feitos heroicos”, havia a predestinação divina dos lusitanos de conquistarem as Índias como revelado pelo deus Morpheu a Dom Manuel I em sonho. No sonho, os rios Ganges e Indos, na forma de dois anciões, informam o rei que grande parte do mundo estava destinada a ser possuída pelos lusitanos, inclusive as riquezas das Índias, e por isso, o rei deveria enviar o quanto antes expedições ao Oriente, “te avisamos que é tempo que já mandes”. O rei, portanto, deveria enviar o máximo de expedições marítimas para assegurar que “grande parte do mundo” e os “tributos” das Índias fossem propriedades lusitanas, “Ó tu, a cujos reinos e coroa / Grande parte do mundo está guardada / Nós outros, cuja fama tanto voa / Cujá cerviz bem nunca foi domada / Te avisamos que é tempo que já mandes / A receber de nós tributos grandes” (IV, 73).

Mesmo diante das dificuldades impostas tanto pelo gigante Adamastor que tentou impedir a travessia do Cabo da Boa Esperança e pelo deus Baco que instigou os reis locais a se levantarem contra Vasco da Gama, os portugueses conseguiram feitos singulares na África e no Oriente. Baco reconhecia que não havia como impedir a ascensão política dos lusitanos, pois esta nação estava predestinada a ser uma “Nova Roma”, “Via estar todo o Céu determinado / De fazer de Lisboa nova Roma; Não no pode estorvar, que destinado / Está doutro Poder que tudo doma” (VI, 7).

Segundo Hélio J.S. Alves (2015), o verso virgiliano “eu canto as armas e os homens que primeiro vieram do litoral de Troia” demonstra que Camões transforma o litoral de Troia no litoral português e que Vasco da Gama parte do litoral lusitano em prol da expansão política e comercial assim como Enéias parte do litoral de Tróia em prol da missão incumbida pelo deus Júpiter de construir uma Nova Roma. O herói é responsável pela fundação de um novo império e como Roma era o modelo de um poder imperial por ter conquistado o mundo conhecido até então, Europa, esta passa a ser o modelo político a ser imitado. Ao mesmo tempo que Lisboa superava os impérios anteriores em conquistas marítimas, o modelo político anterior é projetado como um ideal de sucesso e, por isso, Lisboa é nomeada pelo poeta de “Nova Roma”.

As conquistas lusitanas se expandiram para o outro hemisfério como apresentado no Canto X da epopeia camonianiana. Nesta canto, o deus Proteu transmite em sonho ao deus Jupiter o futuro marítimo português e esta divindade, por sua vez, conta à ninfa Thetis que “na memória / Recolheu logo a clara história” (X, 7). Na viagem de retorno à pátria, Vasco da Gama e os marinheiros são levados a uma ilha e, neste local, a ninfa conduz Gama ao topo de uma montanha e lhe narra acerca do futuro português. A ninfa canta as batalhas que serão realizadas ao longo das viagens pelo continente africano e asiático, e as descobertas que seriam realizadas em um novo continente com “províncias de várias gentes / Em ritos e costumes, diferentes (X, 140). A região seria farta em pau-brasil, os portugueses a nomeariam de Santa Cruz, e o marinheiro Fernão de Magalhães descobriria próxima a esta região uma passagem para outro oceano que levaria seu nome, Estreito de Magalhães.

Mas cá onde mais se alarga, ali tereis
 Parte também, co pau vermelho nota;
 De Santa Cruz o nome lhe poreis;
 Descobri-la-á a primeira vossa frota.
 Ao longo desta costa, que tereis,
 Irá buscando a parte mais remota
 O Magalhães, no feito, com verdade,
 Português, porém, não na lealdade. (*ibidem*)

O Brasil aparece na epopeia como parte da predestinação portuguesa de navegar pelas mais diversas partes do globo, e não como temática central do Canto X ou da viagem de Vasco da Gama. Quatro anos depois desta obra, o cronista Gândavo publica um livro em que o Brasil e não as Índias constituía a extensão de poder e superação geopolítica assim como uma reconfiguração da era literária e, conseqüentemente, da projeção de novos heróis na literatura quinhentista.

Tanto Camões quanto Gândavo eram permeados pela nova configuração geográfica e política desencadeadas com a expansão marítima. Este cenário também permeou o âmbito linguístico, visto que a ascensão de um novo império exigia a ascensão de um novo herói, povo lusitano, e de uma nova língua, o português. O novo herói e a língua vernácula, desta forma, compunham a identidade nacional,

Os Lusíadas são, portanto, um instrumento de legitimação histórica e a encenação de uma *translatio studii et imperii*: uma obra que exalta as façanhas do Império português, que estaria destinado a ultrapassar os feitos dos impérios anteriores, e declara a si própria como a expressão máxima dos conhecimentos alcançados por esse Império. (Martins 2015, p.33)

Gândavo aborda esta questão da imitação e superação linguística na sua obra *Regras que ensinam a maneira de escrever e a ortografia da língua portuguesa: com o diálogo que adiante se segue em defesa da mesma língua* (1574/1981). Esta gramática visa demonstrar o correto uso da língua portuguesa, uma língua que se destaca das demais pela semelhança à latina, mas que se difere da mesma pela sua autonomia fonética, morfológica, sintática e semântica. Ao mesmo tempo que o latim era modelo linguístico e literário, esta passa a ser substituída pela língua e literatura nacional em um momento político e histórico de afirmação de identidade.

Maria Leonor Carvalhão Buescu afirma que desde o século quatrocentista havia um “progressivo movimento de imposição do uso do vulgar em concorrência com o latim” e que no século XVI eclodiu a “questão da língua” (Buescu 1984, p. 11). A imitação e superação era uma forma de afirmação da soberania portuguesa em relação à língua-mãe e às demais línguas românicas no período renascentista, “Quando os humanistas acentuam e exaltam a semelhança com o latim, implicitamente querem sublinhar a diferença, mais ainda, reivindicavam o direito à diferença, em relação às outras línguas, com ou sem razão consideradas mais afastadas da língua-mãe” (*idem*, p. 129).

Mesmo visando superar a língua latina, a semelhança com esta é um dos elementos utilizados pelo personagem Falêncio no *Diálogo em Defesa da Língua* (1574) e pela deusa Vênus em *Os Lusíadas* (1572) para defender a superioridade dos lusitanos em relação às demais nações europeias.

Afeiçoada à gente Lusitana / Por quantas qualidades via nela / Da antiga, tão amada, sua Romana / Nos fortes corações, na grande estrela / Que mostraram na terra Tingitana / E na língua, na qual quando imagina / Com pouca corrupção crê que é a Latina. (Camões I, 33)

Esta nossa língua foi inventada como foram outras línguas. E se alguma nesta parte a favoreceu foi a latina, da qual todos estes nossos vocábulos, ou a maior parte deles, trazem a sua origem. E assim a linguagem que neste antigo tempo se usava neste nosso Portugal a que vós chamais tosca e ruda, está claro em muitos vocábulos ser mais chegada ao latim que esta que agora usamos. (...) claramente se vê que quanto mais [ao latim] nos chegamos, tanto melhor parecem e mais autorizada fica nossa linguagem. (Gândavo 2007/1537, p. 69)

Em contrapartida, a relação da língua portuguesa com as demais línguas românicas, em especial o castelhano, era de embate, pois mediante as alianças matrimoniais entre os monarcas destes reinos, a língua rival passou a penetrar pelo território e se estabeleceu como idioma de corte e de cultura. A soberania do idioma e da literatura lusitana era um dos primeiros passos para a consolidação de uma identidade nacional e para a expansão desta ao longo do avanço marítimo lusitano. O português, portanto, deveria ser a única língua privilegiada tanto no território nacional quanto nas colônias transoceânicas, viabilizando, assim, que o engenho e a arte fossem companheiras das “armas e dos barões assinalados” (Camões I, 2).

A prática de exaltar a gramática da língua e os projetos imperialistas imitava o modelo literário e político romano, como demonstra o orador italiano Lorenzo Valla *Elegantiarum libri VI* (1507 *apud* Asensio 1960) ao afirmar que mesmo com a perda do poder político de Roma nas regiões ocupadas, foi mantido a cultura e a língua latina devido a propagação destas ao longo do reinado romano, “os povos submetidos [agitaram-se contra] o jugo das armas, mas mantiveram o jugo da língua. Os romanos cultivavam junto com as armas as letras (...)”. Plínio, em sua *História Natural*, afirma que o império romano convocava tropas de gramáticos e literatos para “defenderem e [ensinarem] a língua latina” (Valla 1507 *apud* Asensio 1960, p. 401, tradução nossa).

Em virtude do vínculo entre língua e império, Fernão de Oliveira e João de Barros defendiam que o português, e não o latim, fosse predominante tanto na esfera oral, como na escrita, permitindo, assim, que os conterrâneos dominassem o idioma pátrio e pudessem propagá-lo ao longo da sua circulação pelos mares. Esta imitação do modelo

expansionista permitiria que a língua portuguesa, e não o latim ou o grego, predominasse na África, Ásia e América, “Grécia e Roma só por isso ainda vivem: porque quando [assenhoravam-se] manda[vam] [que] todas as gentes a eles sujeitas aprende[ssem] suas línguas” (Oliveira 1988, p. 16, grifo nosso).

Além de defender a superioridade da língua materna como os gramáticos Fernão de Oliveira e João de Barros, Gândavo defende a oposição do português em relação à língua rival, o castelhano. Ao final da gramática, há um anexo composto pelo diálogo entre os personagens fictícios Falêncio, espanhol, e Petrônio, português, “Diálogo em defesa da Língua Portuguesa, sobre a qual tem disputa hum Português com um Castelhana, onde por se tratar desta maneira usa cada um de sua linguagem” (Gândavo 1574/1981, p. 41).

Falêncio e Petrônio apresentam argumentos para defender qual língua apresenta mais qualidades ou proximidade com o latim. Este diálogo, na verdade, simboliza os embates entre estas duas nações que se opunham por questões fronteiriças, expansionistas e políticas. Considerando os conceitos de Norman Fairclough (2001) acerca da intencionalidade dos atores sociais quanto as suas escolhas linguísticas, percebe-se que a nomeação do personagem de *Falêncio* denota a intenção de demarcar que língua materna era superior ao castelhano em diversos aspectos e que, por isso, a língua rival estava fadada à falência.

Agemir Bavaresco afirma que o território, o povo, a soberania e a língua são os elementos constituintes de um Estado, “uma comunidade de base histórico-cultural formada de tradições e costumes, geralmente expresso numa língua em comum” (Bavaresco 2001, p. 78). A língua é um dos elementos integrantes de unidade nacional e diferenciação em relação aos demais, “portugueses e espanhóis lutavam não só politicamente, mas também se enfrentavam, de forma dura, no campo linguístico, numa disputa que poderia ser caracterizada pela máxima: a minha língua é melhor porque, antes de qualquer coisa, não é a língua do outro” (Batista 2010, p. 349). Fernando Arenas (2003, p. 2) corrobora esta assertiva ao afirmar que a reconquista dos territórios do sul da península ibérica em conjunto com embates com Castella contribuíram para a consolidação da identidade nacional e, conseqüentemente, para a criação e sedimentação de símbolos que legitimassem o conceito de nação.

Além da superação linguística, também havia a necessidade de superar a nação rival no cenário geopolítico e em virtude disso, as expedições marítimas não poderiam ficar restritas apenas àquelas realizadas por Vasco da Gama. Em virtude disso, há uma intensa produção literária sobre esta temática com o intuito de persuadir “his patrons not to let it perish” (Hainsworth 1991 *apud* Haydon 2012, p. 69) e, no caso em questão, as expedições à Ásia não poderiam morrer, mas se tornarem rotina na dinâmica política e comercial portuguesa. Outros literatos compartilhavam da mesma concepção de Camões e, por isso, muitas obras sobre as Índias foram publicadas além de *Os Lusíadas* (1572), como a *História do Descobrimento e Conquista das Índias pelos Portugueses* (1551) de Fernão de Castanheda; *Décadas da Ásia* (1552) de João de Barros, *A Crônica do Felicíssimo rei Dom Manoel* (1566) de Damião de Góis e *Tratados dos Descobrimentos* (1563) de Antônio Galvão.

A descoberta das Índias tinha mais destaque textual do que a descoberta do Brasil e, por isso, a escrita das memórias gloriosas do reino estava vinculada naquele momento

literário à presença portuguesa em mares [da África e Ásia] fazendo com que o “engenho e arte” português estivesse direcionado exclusivamente para os “feitos singulares” no Oriente (Camões I, 15).

Gândavo, em contrapartida, almejava uma nova temática literária ao propor que o Atlântico Sul e não o Oriente fosse o marco da história expansionista portuguesa na era moderna. Esta proposta implicava em uma distância estética do “horizonte conhecido de expectativas literárias”, uma vez que a “literatura constitui uma forma específica de consciência, regida por uma estética, por regras que comandam sua elaboração; e a própria estética é uma resposta às condições ou circunstâncias históricas” (Mendes 2010, p. 472). Segundo Hans Robert Jauss (1994, p. 31), a distância estética refere-se ao afastamento do horizonte de expectativa suscitado na obra e o horizonte de expectativa do leitor, isto é, a temática ao qual os cronistas e poetas lusitanos estavam habituados a abordar nas obras literárias, viagens às Índias, foi rompido ao depararem-se com uma obra de temática diferente. Essa distância estética proposta por Gândavo visava indicar aos literatos, monarcas e nobres que o futuro imperialista e literário de Portugal estava direcionado para a América.

O cronista contraria as expectativas literárias vigentes e publica um livro exclusivamente dedicado à província de Santa Cruz, visando reestruturar as concepções predominantes no cenário literário acerca da atuação imperial lusitana e, conseqüentemente, com o horizonte de expectativas estabelecido: as expedições marítimas portuguesas nos mares do Oriente. O Atlântico Sul, a médio e longo prazo, deixaria de ser desconhecido e passaria a ser habitual, fazendo, assim, com que passasse a ser familiar e fizesse parte do arquétipo histórico-literário de referência dos cronistas, poetas e leitores. A inovação do paradigma literário projetaria a província de Santa Cruz como parte das memórias gloriosas do reino, e reconfiguraria a funcionalidade social do texto, isto é, as notícias sobre a província não estariam restritas exclusivamente aos monarcas e religiosos, mas passariam a ser de conhecimento público para que, de fato, todos, inclusive os pobres do reino, pudessem compor um contingente humano suficiente para povoar a colônia americana.

A nova temática proposta por Gândavo visava uma reconfiguração da projeção literária da província e uma ruptura na hierarquia literária. Em conjunto a isso, o cronista propõe uma reconfiguração da linguagem empregada ao propor um texto sem ornamentos e epítetos, “[nesta] história, pera cujo ornamento naum busquei epítetos exquisitos, nem outra fermosura de vocábulos de que os eloquentes oradores costumão usar pera com artificio de palavras engrandecerem suas obras. Somente procurei escrever esta na verdade per hum estilo fácil” (Gândavo 1980, p. 77).

4. História da Província de Santa Cruz a que Vulgarmente Chamamos Brasil

Nos tercetos de Camões sobre o livro, o poeta afirma que Gândavo havia escrito uma história sobre a “Terra Santa Cruz” que, naquele dado tempo, era “pouco sabida” entre os conterrâneos, e estava em dúvida sobre a quem dedicar o primeiro livro sobre a província americana. Por ter sido “escolhido pelos deuses” para tal empreitada editorial, os deuses Apolo e Marte aparecem em sonho para instruir Gândavo acerca das qualidades que o

patrono escolhido deveria possuir. O deus Marte defende que apenas aquele que tinha “nome e fama em todo o mundo” é que merecia uma obra de tamanha magnitude, “Nenhuma obra que possa ser famosa/ Se não a quem por armas resplandeça/ No mundo todo com tal nome e fama/ Que louvor imortal sempre mereça” (Gândavo 1576/2008, p. 82).

Diante dos embates de opinião entre Apolo e Marte, Mercúrio intervém na discussão defendendo que os deuses deveriam levar em consideração o mesmo critério adotado pelos imperadores romanos na escolha dos seus heróis, os grandes feitos performados em batalhas arquitetadas pelo deus da guerra. Tais vitórias, por sua vez, precisavam ser testemunhas por uma terceira pessoa para que não ficassem restritas ao seu momento de realização, mas conseguissem perpetuar-se na memória, vencendo a limitação temporal imposta pelo tempo, deus *Khronos*. Em virtude disso, as filhas de *Minemósine* (deusa da memória) acompanhavam os heróis nas batalhas e cantavam tais feitos aos poetas para que eles pudessem materializar as vitórias nas epopeias e poemas de forma que um público maior pudesse ter acesso aos grandes feitos realizados permitindo, assim, que o herói pudesse ter “nome e fama” imortalizados entre os deuses e os conterrâneos, “sabemos dos antigos Heróis/ e dos modernos que provaram De Belona os gravíssimos perigos/ Que também muitas vezes ajudaram/ As armas eloquência; porque as Musas/ Mil capitães na guerra acompanharam” (Gândavo 1576/2008, p. 83).

Mercúrio apresenta as qualidades religiosas e bélicas de Dom Lionis Pereira, “um bom sujeito”, “capitão forte e maduro”, “cristão magnânimo” com “virtudes morais” que venceu os reis mouros em Achém e Malaca e, por isso, era digno de uma dedicatória laudatória, de “louvor imortal” e do patronato do livro, “Este vos darei eu, em que se veja/ Saber e esforço no sereno peito/ Que é Dom Lionis, que faz ao mundo inveja” (Camões 2008, p. 85). Apolo e Marte concordam com a escolha de Mercúrio, pois Dom Lionis Pereira era um dos “barões assinalados” com muito prestígio entre deuses do Olimpo.

Após chegarem a um consenso, Gândavo é despertado por Mercúrio do seu “sono leve” para que lhe fosse relevado o patrono escolhido e a predestinação divina do seu trabalho editorial. “O claro estilo [e] engenho curioso” de Gândavo haviam lhe auxiliado na tarefa designada pelos deuses de escrever um livro e oferecê-lo “ao senhor famoso” (Gândavo 1980, p. 85–86). Ciente de que com “o saber se vence [mais do] que com o braço” (*idem*, p. 83), os deuses escolheram o gramático-cronista para ir além da tarefa de exaltar os feitos gloriosos de Dom Lionis Pereira, mas escrever a história da “Terra de Santa Cruz pouco sabida” com o intuito de que passasse a ser conhecida e explorada pelo patrono, reis e conterrâneos permitindo que, em um tempo vindouro, as musas, os poetas e os cronistas pudessem contar não apenas “as memórias gloriosas dos reis [e barões assinalados], que [vão] dilatando a fé e o império [na] África, Ásia” (Camões I, 2), mas também as memórias gloriosas dos colonos e donatários na América.

Por mais que Gândavo não tenha acompanhado os donatários em suas viagens como as musas acompanhavam os heróis nas batalhas, ele tinha acesso a diversos documentos e cartas oficiais por ser secretário real, moço da câmara, e *testemunha de vista* dos fatos narrados e, por isso, possuía vastos conhecimentos sobre a província sul-americana (Gândavo 1576/2008, p. 85). Em virtude da magnitude das riquezas locais e da primazia da descoberta do Brasil, sua história não poderia mais continuar “sepultada em tanto

silêncio pelo pouco caso que os portugueses fizeram sempre da mesma província” e, por isso, ele decide “trazer a luz” a história da província para que os feitos portugueses no Atlântico fossem imortalizados na escrita.

Se os antigos portugueses e ainda os modernos naum forem tam pouco affeiçãoos da escritura como sam, não se perdêrão tantas antiguidades entre nós, de que agora carecemos, nem houvera tam profundo esquecimento de muitas cousas, (...). Daqui vinha aos Gregos e os Romanos haverem todas as outras nações por bárbaras, e na verdade com razão lhes podião dar este nome, pois erão tão pouco solícitos e cubiçosos de honra que por sua mesma culpa deixavão morrer coisas que lhes podião dar nome e fazê-los immortaes. Como, pois, a escritura seja vida da memória, e a memória huma semelhança da immortalidade a que todos devemos aspirar, pela parte que dela nos cabe, quiz, movido destas razões, fazer esta breve história. (Gândavo 1980, p. 76)

A proposta de Gândavo de imortalizar a história portuguesa no Atlântico é uma cópia do modelo histórico do grego Heródoto, que em seu livro *Histórias*, afirma que um dos motivos que o levaram a escrever foi evitar que determinados eventos desaparecessem da memória do povo com o passar do tempo.

Esta é a exposição das investigações de Heródoto de Halicarnasso, para que os feitos dos homens se não desvançam com o tempo, nem fiquem sem renome as grandes e maravilhosas empresas, realizadas quer pelos Helenos quer pelos Bárbaros; e sobretudo a razão por que entraram em guerra uns com os outros. (Heródoto 1994, p. 53)

Heródoto defendia a eternização dos grandes feitos dos homens, contudo, não era qualquer ação e nem qualquer homem que viveria eternamente na memória da coletividade e das futuras gerações, mas apenas aqueles que performaram “grandes e maravilhosas empresas”. Estas, por sua vez, podem ser concebidas como vitórias em batalhas e conquistas de novas terras que justificavam o direito à imortalização.

Em virtude disso, o compromisso do cronista não é descrever minuciosamente todos os fatos que sucederam no passado da nação, mas selecionar os acontecimentos que simbolizaram fama e glória (Booth 2006, p.101). Em sua descrição sobre os ataques de Gyges na Grécia, Heródoto afirma que o rei não conseguiu nada de significativo nesta invasão à cidade e por isso, ele não irá tecer detalhes sobre este fato no livro. Analogamente a isso, o historiador afirma que irá omitir alguns fatos sobre as empreitadas bélicas de Cyrus e descreverá apenas aqueles que exigiram muito esforço e engajamento do rei, pois estes eram dignos de serem perpetuados na escrita, “Eu vou [ignorar] a maioria destes [fatos] e mencionar apenas aqueles que lhe deram o momento mais difícil e foram os mais notáveis” (Heródoto 1998, p. 78, tradução nossa).

A soberania do tempo sobre as memórias heroicas faria com que as empreitadas e as vitórias dos grandes impérios fossem esquecidas, “a maioria daqueles [fatos] que foram importantes no passado diminuíram em significância agora, e aqueles que eram grandes em meu tempo eram pequenos em tempos passados (*idem*, p.33 tradução nossa). A literatura histórica, filosófica, geográfica e jurídica greco-latina perpetuou-se mediante a escrita, permitindo, com isso, que seus conhecimentos fossem traduzidos e absorvidos pelas nações europeias (*translatio studii*) e o modelo de poder soberano transferido para os impérios emergentes (*translatio imperii*).

O modelo romano de império e idioma foi superado e reconfigurado na era moderna com o novo cenário marítimo e político e, com isso, Portugal superou os imperadores romanos em feitos gloriosos ao conquistar territórios asiáticos, configurando-se, assim, em um novo império (Nova Roma). Neste cenário, a proposta editorial de Gândavo de promover uma massiva ocupação e exploração da província sul-americana era evitar que as nações concorrentes tomassem posse da região e Portugal tivesse uma efetiva atuação política no Atlântico Sul, garantindo, com isso, que a província de Santa Cruz se configurasse como uma extensão de atuação imperial (Nova Lusitânia), “permitirá Deus que floresça tanto a terra desta Nova Lusitânia, que com ela se aumente muito a Coroa destes Reinos, e seja dos outros invejada para que não desejemos terras estranhas” (Gândavo 1980, p. 65).

As memórias gloriosas do império não deveriam estar restritas às terras estranhas (Índias), mas a província sul-americana (Nova Lusitânia) e por isso, a Terra de Santa Cruz também deveria ser imortalizada na literatura como as viagens portuguesas ao continente asiático e africano. Para que isso fosse possível, era necessário que as notícias sobre a província fossem divulgadas aos “nossos naturaes” para que eles soubessem acerca das riquezas naturais e locais da região e os monarcas, os nobres e os comerciantes financiassem a exploração da região, e os pobres do reino servissem de contingente humano para colonização. A história portuguesa no Atlântico Sul havia começado com a descoberta de Pedro Álvares Cabral em 1500 e precisava ter continuidade com a colonização e exploração da região, tendo os conterrâneos das mais diferentes camadas sociais como principais atores da história da província de Santa Cruz.

Diante da tentativa dos franceses de estabelecerem uma colônia na Baía de Guanabara, França Antártica (1555–1570), e das alianças comerciais estabelecidas entre os indígenas, franceses e ingleses (Knivet 2007; Hakluyt 2010), o reino precisava urgentemente divulgar notícias sobre a província entre os conterrâneos e escrever sua história sobre a região para garantir o direito de posse. A divulgação de notícias impressas asseguraria uma ampliação dos conhecimentos sobre a província entre os portugueses assim como permitiria contestar publicações que existissem e viessem a existir negando o direito de posse lusitano sobre a província. O livro do huguenote Henri Lancelot Voisin de La Popelinière *Trois Mondes* (1582) afirma que os franceses descobriram a província e a nomearam de Brasil; o livro do cronista castelhano Herrera y Tortesillas *Descripción de las Indias Occidentales* (1601) afirma que Vicente Yáñez Pinzón descobriu o Brasil e posteriormente Pedro Álvares Cabral chegara a região acreditando que tivesse realizado uma descoberta; e o livro do clérigo inglês Richard Hakluyt, *Divers voyages touching the discovery of America* (1582) afirma que o Brasil era uma região desocupada que poderia ser facilmente colonizada pelos ingleses.

Apesar destes livros terem sido publicados anos depois da obra de Gândavo, eles demonstram que as nações concorrentes sabiam que o Brasil não fora efetivamente colonizado após a sua descoberta e que este cenário permitiria a ocupação da região e a escrita da sua própria história sobre a província. Estas obras indicam que os embates políticos entre as nações europeias pelo território americano tinham uma continuidade no livro impresso e que a escolha dos agentes da descoberta fora ideologicamente motivada,

tornando o livro um espaço textual de embates discursivos, isto é, uma arena de luta, um espaço de tensões de poder entre Portugal, Espanha, França e Inglaterra.

De forma a garantir que os portugueses escrevessem a sua história no Atlântico Sul, Gândavo propõe como solução a este cenário o envio dos “pobres do reino”, a princípio, como colonos para povoarem e explorarem o local, formando um contingente humano suficiente para trabalhar nos engenhos de açúcar, na exploração das minas de ouro e no cultivo de especiarias com o intuito de evitar que as nações concorrentes tentassem tomar posse ou explorassem as riquezas naturais e minerais locais permitindo, com isso, que a colônia desenvolvesse um núcleo urbano e econômico organizado de forma a constituir-se como uma extensão do reino nas Américas, uma Nova Lusitânia.

A era moderna trouxe consigo novos Estados-nações, novas línguas, novas reconfigurações geográficas e, principalmente, um novo império que ao mesmo tempo que se guiava pelo modelo do sucesso imperialista e literário romano, remodelava os conceitos de *translatio imperii e studii*. A implementação de feitorias na África, Ásia e a descoberta da América reconfiguraram a história política, econômica e geográfica da Europa e, conseqüentemente, a posição de Portugal, que reconfigurou o modelo de sucesso imperialista romano, tornando-se uma Nova Roma como previa o deus Baco na obra *Os Lusíadas*. Contudo, a proposta editorial de Gândavo defendia que Portugal fosse o modelo político, social e religioso a ser implementado na nova província americana e que nesta região fosse implementado um desenvolvimento econômico e urbano para, conseqüentemente, ser perpetuado a língua, a história e a religião lusitana, transferindo e implementando na região sob sua jurisdição os modelos de um novo império, uma Nova Lusitânia.

5. Conclusão

O modelo literário greco-latino, em especial as epopeias Odisseia e Eneida, serviram de modelo para a construção da obra camoniana, *Os Lusíadas*, devido a relevância desta literatura na sociedade letrada europeia durante o Renascimento. A obra narra a fundação mítica e histórica de Portugal como Estado-nação, o pioneirismo nos mares asiáticos e africanos, a viagem de Vasco da Gama, as batalhas enfrentadas durante o estabelecimento de feitorias nas Índias e a sua predestinação divina de ser um novo império, definido pelo poeta como uma Nova Roma.

Gândavo, por sua vez, apresenta uma nova proposta literária ao defender uma ideia de império português vinculada à primazia da descoberta do Brasil e da atuação do reino na exploração e colonização da província, sendo o continente americano o marco da história de glória lusitana na era moderna. Em conjunto a isso, o cronista defende uma escrita sem “epítetos preciosos” e “formosuras de vocábulo”, mas em um estilo “fácil e chão” (Gândavo 2004, p. 17) e uma construção histórica pautada na experiência observada, vista e vivida, pois a testemunha ocular era um elemento determinante para a autenticidade e autoridade do relato de viagem e escrita histórica, “uma testemunha ocular era melhor que dez que ouviram”; “os olhos são testemunhas mais precisas do que ouvidos” (Purchas 2014, p. 2; McCoy 2013, p. 13, tradução nossa).

Por ser uma *testemunha de vista* dos costumes e ritos indígenas, assim como das riquezas naturais e minerais da província, Gândavo assume a tarefa editorial de “desenterrar do profundo silêncio” as informações sobre a província americana e preservar as memórias lusitanas sobre a América ao passo que Camões assume o compromisso de imortalizar os feitos heroicos dos reis e dos navegantes em forma de epopeia (Watkins 1995, p. 68). O poeta projeta os reis e os navegantes como os principais atores da história lusitana enquanto o cronista propõe que com o investimento na colonização da região, os colonos, os donatários e os patronos passariam a ser os atores da história lusitana na província sul americana.

Por mais que os regimes de verdade e a estrutura dos gêneros histórico e poético sejam diferentes, um caracteriza-se por abordar fatos que sucederam e seguem uma ordem cronológica (*res facta*) enquanto o outro envolve fatos mesclados com fantasia (*res ficto*), Gândavo recorre à eloquência do poeta Camões para escrever um terceto acerca das qualidades do livro e um soneto em homenagem ao patrono.

Mesmo com diferentes projeções sobre a história da nação, ambos tinham como finalidade imortalizar a superioridade imperial lusitana e defender o idioma como elemento constituinte de uma unidade e soberania nacional, contribuindo, com isso, para a fortuna crítica da literatura e história portuguesa. A leitura das obras de Gândavo e Camões, portanto, nos permitem compreender o motivo pelo qual António Galvão afirma que as empreitadas lusitanas só poderiam ser escritas por uma pessoa portuguesa, pois este povo é o que mais entendia “dos caminhos por onde a pimenta e especiarias chegaram as nossas partes” e que a história marítima portuguesa era superior a das “navegações e descobrimentos [realizados] por antigos e modernos” (Galvão 1563, s.nº).

Referências

- Alves, H. (2015). Lisboa, ¿nueva Roma? El modelo romano em los orígenes de la épica culta portuguesa. *e-Spania. Revue Interdisciplinaire d'études hispaniques médiévales et modernes*, 21, 1–15. <https://doi.org/10.4000/e-spania.24597>
- Arenas, F. (2003). *Utopias of otherness: Nationhood and subjectivity in Portugal and Brazil*. Minneapolis: University of Minnesota Press.
- Asensio, E. (1960). La lengua compañera del Imperio. Historia de una idea de Nebrija en España y Portugal. *Revista de Filología Española*, 43(3/4), 399–413. <https://doi.org/10.3989/rfe.1960.v43.i3/4.1018>
- Batista, R. (2010). Formas da gramática renascentista: Percepção e a abordagem da diversidade linguística em Fernão de Oliveira. *Delta*, 26(2), 345–364. <https://doi.org/10.1590/S0102-44502010000200005>
- Bavaresco, A. (2001). A crise do Estado-nação e a teoria de soberania em Hegel. *Sociedade em Debate, Pelotas*, 7(3), 77–109.
- Bellini, L. (1999). Notas sobre a cultura, política e sociedade no mundo português do século XVI. *Tempo*, 4(7), 143–167.
- Booth, J. (2006). *Communities of memory: On witness, identity, and justice*. Ithaca: Cronell University Press.
- Buescu, M. L. C. (1984). *Historiografia da língua portuguesa*. Lisboa: Sá da Costa.
- Camões, L. de (1910). *Os Lusíadas* (Comentado por A. Dias). Porto: Magalhães & Moniz. (original publicado em 1572)

- Castanheda, F. (1551). *História do descobrimento e conquista das Índias pelos portugueses*. Consultado em <https://purl.pt/15294/3/>.
- Fairclough, N. (2001). *Discurso e mudança social* (I. Magalhães, Trad.). Brasília: Editora Universidade de Brasília.
- Galvão, A. (1563). *Tratado dos descobrimentos antigos e modernos*. Consultado em <https://archive.org/details/tratadodosdescob00galv>.
- Gândavo, P. (1980). *Tratado da terra do Brasil; História da província de Santa Cruz*. (Coleção Reconquista do Brasil). Belo Horizonte: Itatiaia.
- Gândavo, P. (1981). *Regras que ensinam a maneira de escrever a ortografia da língua portuguesa com hum diálogo que adiante se segue em defesa da mesma língua* (Edição fac-similada da 1.^a edição). Lisboa: Biblioteca Nacional. (original publicado em 1574)
- Gândavo, P. (2004). *A primeira história do Brasil. História da província Santa Cruz a que vulgarmente chamamos Brasil* (Notas de S. Hue e R. Menegaz). Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor.
- Gândavo, P. (2007). *Diálogos em defesa e em louvor da língua portuguesa* (Edição, introdução e notas de S. Hue). Rio de Janeiro: 7 Letras.
- Gândavo, P. (2008). *Tratado da Terra do Brasil: História da província Santa Cruz, a que vulgarmente chamamos Brasil*. Brasília: Senado Federal, Conselho Editorial. (original publicado em 1576)
- Góis, D. de (1566). *Crônica do felicíssimo Dom Rei Emanuel*. Consultado em <https://archive.org/details/chronicadofelici00gi>.
- Greenlee, W. (2016). *The voyage of Pedro Álvares Cabral to Brazil and India*. Farnham: Ashgate.
- Hakluyt, R. (1850). *Divers voyages touching the discovery of America*. London: Hakluyt Society. (original publicado em 1582)
- Hakluyt, R. (2010). *The original writings & correspondence of the two Richard Hakluyts* (Vols. 1–2) (E. Taylor, Ed.). Farnham: Ashgate
- Haydon, L. D. (2012). *'I sing'? Narrative Technique in Epic Poetry* (Tese de doutoramento, University of Manchester, Manchester).
- Heródoto (1994). *Histórias. Livro 1* (J. R. Ferreira & M. F. Silva, Trads.). Lisboa: Edições 70.
- Heródoto (1998). *The Persian Wars*. Cambridge: Harvard University.
- Herrera, A. (1601). *Descripción de las Indias Occidentales*. Consultado em https://archive.org/stream/gri_descripcionl01herr#page/n89/mode/2up/search/pedro.
- Howard, M. (2012). *Transnationalism in ancient and medieval societies: The role of cross-Border trade and travel*. North Carolina: MacFarland & Company.
- Jauss, H. R. (1994). *A história da literatura como provocação à teoria literária* (S. Tellaroli, Trad.). São Paulo: Ática.
- Knivet, A. (2007). *As incríveis aventuras e estranhos infortúnios de Anthony Knivet: Memórias de um aventureiro inglês que em 1591 saiu de seu país com o pirata Thomas Cavendish e foi abandonado no Brasil, entre índios canibais e colonos selvagens* (S. Hue, Trad.). Brasil: Zahar. (original publicado em 1625)
- Machado, C. (2008). Quatro textos e algumas ideias sobre o papel da tradução e “astrologia” na expansão marítima portuguesa nos anos quatrocentistas e quinhentistas. *Revista Brasileira de História da Ciência*, 1(2), 211–234.
- Martins, C. S. (2015). “Os Lusíadas” na tradução de William Julius Mickle: A reencenação de uma “translatio studii et imperii”. *Trabalho Linguista Aplicada*, 54(1), 29–51.
- Matilla, E. (2011). Guerra Santa y Órdenes militares ibéricas (1150–1250). *Anales de la Universidad de Alicante Historia Medieval*, 17, 129–165. <https://doi.org/10.14198/medieval.2011.17.06>

- Mendes, C. (2010). História e literatura: Os escritos coloniais de fins do século XVI e início do XVII. *Diálogos*, 14(3), 469–489.
- McCoy, J. (Ed.). (2013). *Early Greek philosophy. The pre-Socratics and the emergence of reason*. Washington: The Catholic University of America Press.
- Oliveira, F. (1988). *Gramática da linguagem portuguesa* (Edição fac-similada). Lisboa: INL. (original publicado em 1536)
- Popelinière, L. (1582). *Les Trois Mondes*. Paris: L'Oliuier de Pierre L'Huillier. Consultado em https://archive.org/details/lestroismondes00lapo_0
- Purchas, S. (2014). *Hakluytus Posthumus or Purchas his Pilgrimes. Contayning a History of the world in sea, voyages and land travels by Englishmen and others* (Vol. 1). Cambridge: Cambridge University Press.
- Russell, P. (1997). A quest too far: Henry the navigator and Prester John. In I. MacPherson (Ed.), *The medieval mind. Hispanic studies in honour of Alan Deyermond* (pp. 401–416). London: Tamesis.
- Ravenstein, E. G. (2010). *Journal of the first voyage of Vasco da Gama 1497–1499*. New York: Ashgate.
- Watkins, C. (1995). *How to kill a dragon: Aspects of Indo-european poetics*. Oxford: Oxford University Press.

[recebido em 1 de março de 2021 e aceite para publicação em 3 de outubro de 2021]